

O apoio inglês para renegociar

por Celso Pinto de Londres

(Continuação da 1ª página)

O Brasil ainda não completou a proposta que enviará ao Clube de Paris no próximo dia 14 e que será negociada nos dias 24 e 25, mas levará em conta as sugestões ouvidas neste giro pela Europa. O presidente do Clube de Paris, Jean-Claude Trichet, pediu, na terça-feira, que o Brasil pague aos credores oficiais algo equivalente ao que pagará aos bancos privados no período de 1991 a 1993.

Segundo o diretor da área externa do Banco Central, Arminio Fraga, ainda não está claro qual será o critério de equidade: se, por exemplo, o valor presente dos pagamentos a serem feitos a ambos ou o fluxo de caixa dos desembolsos. O certo é que o Brasil deverá desembolsar um valor equivalente, em termos proporcionais, ao que pagou aos bancos em termos de atrasados. Possivelmente um pagamento escalonado em vários meses, como foi feito com os bancos privados. O valor e os critérios para fixá-lo ainda estão em aberto.

Uma das idéias sugeridas ao Brasil, e sobre a qual Fraga está trabalhando, é fazer o reescalonamento da dívida oficial (cujo total é de US\$ 22 bilhões) num mecanismo semelhante ao dos pagamentos de prestações da casa própria. Em outros termos, seria escalonado o pagamento em quantias parecidas, pelo período acertado (no máximo dezoito anos pelo que o Clube de Paris já fez no passado), misturando principal e juros nas prestações. A vantagem seria evitar o surgimento de "corcovas" de acúmulo de pagamentos devidos num período no futuro. A idéia ainda está sendo trabalhada.

Marcílio fez declarações bastante otimistas sobre a perspectiva de um acordo com os bancos privados. Disse ter havido "um avanço significativo" na reunião com os bancos, em Nova York, na sexta-feira passada: os bancos estariam mais convencidos de que é melhor ter uma solução "tão logo quanto possível" e teriam percebido que não é tão grande a distância que separa os dois lados em relação ao volume de garantias que serão oferecidas no acordo. Por essa razão, Marcílio espera que se chegue a um rascunho de um acordo dois ou três meses depois de fechado o acordo com os credores oficiais (o que se espera possa acontecer até o final deste mês).

O negociador da dívida, Pedro Malan, mais prudente, evita comprometer-se com qualquer previsão para a conclusão do acordo, embora concorde que as posições estão mais próximas.

Durante o almoço ontem, aliás, um dos banqueiros presentes, John Anthony Davies, do Lloyds Bank, que tem assento no comitê negociador, comentou, pelo que apurou este jornal, que a conversa na semana passada com o Brasil havia sido muito positiva, o clima teria melhorado muito e haveria boa vontade de parte a parte.

O almoço reuniu o ministro da Indústria e Comércio (equivalente a secretário-geral), Timothy Sainsbury, o vice-governador do Banco da Inglaterra, Eddie George, e vários empresários de relevo: Sir Jeremy Morse, presidente do

Lloyds Bank; David Douglas-Hume, do Morgan Grenfell; Patrick Sheehy, da BAT (Souza Cruz no Brasil); Henry de Ruiter, da Shell; James Ogilvy, da Foreign & Colonial; Paul Zuckerman, da SG Warburg; John Fletcher, do Midland Bank; Richard Havens, da British Aerospace; e Stephen Rose, da Stephen Rose.

Marcílio fez uma ampla exposição sobre a economia brasileira e houve uma sessão de questões. Sir Jeremy Morse, por exemplo, segundo uma fonte presente ao almoço, estava interessado em saber os planos de Marcílio para reduzir, de fato, a presença estatal na economia — uma área na qual outros haviam naufragado antes. Ogilvy, reclamou da burocracia brasileira para o registro de capitais externos.

Uma das intervenções interessantes foi a do diretor-gerente da Shell. Ruiter disse que, entre todas as subsidiárias mundiais da Shell, a brasileira é a que apresenta maior diferença entre o que é planejado e os resultados de fato obtidos. Ele disse ser necessário ter um mínimo de previsibilidade na economia brasileira: se isso acontecesse, disse ele, haveria certamente maior entrada de investimentos externos no Brasil, até mesmo da própria Shell. Ruiter pediu ao ministro persistência e previsibilidade.

De forma geral, contudo, o tom das intervenções foi positivo e de apoio às linhas de ação enunciadas por Marcílio. Segundo o próprio ministro, ele reafirmou aos empresários no almoço sua disposição de "perseverança sem truques nem efeitos especiais".

Londres acabou sendo a única escala desta viagem à Europa, onde ele se encontrou, ainda que rapidamente, com um chefe de governo. Saiu com uma promessa de apoio no Clube de Paris condicionada a uma abordagem na proposta com a qual concorda. Saiu também com uma indicação importante: Lamont disse aceitar a idéia de o Brasil reescalonar dívida oficial já previamente reescalonada. Esta dívida, de US\$ 9 bilhões, é crucial para o sucesso de um reescalonamento da dívida oficial, e alguns países estão relutantes em aceitar sua inclusão no pacote brasileiro. Como Marcílio já havia ouvido uma concordância nesta área também do governo francês, está mais confiante que este ponto será positivamente superado.

Hoje Marcílio encontra-se com autoridades alemãs em Bonn, para onde foi ontem à noite, e na sexta-feira almoça com banqueiros alemães, holandeses e austríacos em Frankfurt, além de conversar com o presidente do Bundesbank (banco central). Nos planos do ministro estão a ida de uma missão do governo aos Estados Unidos, Canadá e Japão na próxima semana, para testar algumas idéias antes de botar a proposta do Clube de Paris na mesa, no dia 14.

Do lado dos bancos privados, é possível que haja um novo encontro na próxima semana, em Nova York. O ministro está disposto a encontrar-se pessoalmente com os presidentes de grandes bancos norte-americanos em Nova York, em março, para tentar concluir o acordo com a área privada o mais rápido possível.

O apoio inglês para renegociar

por Celso Pinto de Londres

O Brasil assegurou ontem o apoio britânico na negociação da dívida oficial no Clube de Paris, desde que faça uma proposta equitativa em relação aos bancos privados. Isso não será problema: o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, garantiu que essa abordagem, "muito sensata, será integralmente levada em consideração". Previu, também, a conclusão do acordo com os bancos "dois a três meses depois de concluído o acordo com o Clube de Paris".

Marcílio esteve com o chanceler do Erário (ministro da Fazenda) britânico, Norman Lamont, por uma hora, sendo levado por ele a um encontro basicamente de cortesia, de pouco mais de dez minutos, com o primeiro-ministro John Major. Almoçou com autoridades, empresários e banqueiros britânicos e esteve à tarde com o governador do Banco da Inglaterra (banco central), Lord Pemberton. Foi, em geral, um dia positivo.

"A Grã-Bretanha terá um papel construtivo no Clube de Paris em direção a um acordo, se houver um tratamento justo para os credores oficiais em comparação com os bancos", disse a este jornal um porta-voz de Lamont ao relatar o teor do encontro. Marcílio, segundo ele, falou a Lamont do desejo brasileiro de fazer "uma substancial renegociação no Clube de Paris".

No relato feito por Marcílio à imprensa, Major também teria mencionado o espírito de cooperação britânico em relação ao Brasil. Na conversa com Major, Marcílio aproveitou para agradecer o apoio britânico ao projeto-piloto de conservação da Amazônia e a presença do primeiro-ministro na ECO-92. Major aproveitou para mencionar seu desejo de um encontro bilateral com o presidente Collor quando estiver no Rio.

(Continua na página 21)

* 6 FEV 1992
GAZETA MERCANTIL